

A realidade da terceirização em Porto Alegre

Governo reduz setores operacionais e usa programas
para ampliar a contratação de empresas.



Seminário sobre a terceirização

Venha debater os efeitos
da política de desmonte
do serviço público

Política da terceirização é prejudicial para Porto Alegre

População paga caro pelo serviço público terceirizado. Em dois episódios lamentáveis, duas pessoas morreram em decorrência da precariedade.

O Sindicato dos Municípios denuncia, ao longo dos anos, o sucateamento do serviço público decorrente da política de terceirização adotada pela Prefeitura de Porto Alegre. Desde 2004, a administração pública da Capital aumenta os gastos com a contratação de empresas ao invés de realizar concursos e constituir Planos de Carreiras, Cargos e Salários que traduzam um atendimento de qualidade à população.

Este ano, mais de R\$ 800 milhões do orçamento público estão destinados às empresas terceirizadas, que exploram e precarizam o trabalho, levando a cidade a viver momentos dramáticos, como as falhas que ocasionaram a morte de dois jovens no início do ano. A terceirização também envolve casos de corrupção, como o desvio de R\$ 9 milhões do Programa de Saúde na Família, no caso

Sollus, ainda investigado pela Polícia Federal. O assassinato do secretário municipal de Saúde Eliseu Santos é outro fato grave, que envolve uma empresa contratada pela Prefeitura para fazer a vigi-

lância nas Unidades Básicas de Saúde.

A população não pode ficar refém da vontade que alguns administradores manifestam de entregar o serviço público à iniciativa privada.



Prefeitura aumenta despesas com «SERVIÇOS DE TERCEIROS»

ANO	VALOR CORRENTE	% DA DESPESA
2004	R\$ 466,6 milhões	23,4%
2005	R\$ 503 milhões	25,2%
2006	R\$ 572,1 milhões	27,1%
2007	R\$ 643,3 milhões	26,7%
2008	R\$ 700,1 milhões	25,1%
2009	R\$ 742,7 milhões	25,2%

Nos últimos anos, ocorreu significativo aumento das despesas com contratação de serviços de terceiros na Prefeitura de Porto Alegre. Em 2009 o governo gastou, em valor real, 25% a mais do que a despesa com terceirização executada em 2004. Em valor absoluto, foram R\$ 150 milhões a mais. A análise foi elaborada com base nos balanços publicados, registrando a evolução da despesa em termos correntes e em valores corrigidos (preços médios de 2009), e sua participação na despesa total.

Serviços de terceiros: inclui serviços de auditoria (3390.35), serviços de terceiros pessoa física (3390.36) e serviços de terceiros pessoa jurídica (3390.39).

DMAE

Uma forma diferente de privatizar a água

Giovanni Mangia

No DMAE, muitas atividades estão sendo gradativamente terceirizadas, caracterizando um processo de privatização dos serviços de água e esgoto na Capital. Hoje, os serviços de portaria, limpeza e manutenção, corte de água, repavimentação, carros pipas e automação são executados por empresas contratadas. A população já sofre com a baixa qualidade, ficando horas sem o abastecimento de água porque o serviço não foi executado corretamente e precisa ser refeito.

Este ano, um jovem morreu em decorrência de acidente provocado do serviço mal executado por uma empresa terceirizada pelo DMAE. Sua moto tombou ao passar por um reparo de asfalto inadequado. O serviço foi fiscalizado por outra empresa, também terceirizada.

«Atividades fins» ou fim das atividades?

O governo está dismantando o DMAE, principalmente a área operacional, que garante a produção e a distribuição da água, um dos fundamentos de todas as atividades do Departamento. Para justificar a onda de terceirizações, argumentam que a prioridade são as “atividades fins” e que as demais podem ser terceirizadas.

No entendimento do governo, os operários especializados não executam as «atividades fins» do DAME, pois enviou dois projetos à Câmara de Vereadores que extinguem 113 vagas de operário especializado e criam algumas vagas de psicólogo e assessor jurídico. A medida deixa clara a pretensão de ampliar ainda mais a contratação de empresas no DMAE.

Para cumprir com sua função social, o DMAE deve ser público e universal, atendendo com qualidade a população, sem interesse de lucro.



Empregados das terceirizadas ganham mal e trabalham sem equipamentos de proteção. População não sabe quem está prestando o serviço.

Vagas não são preenchidas

Mais de 1.500 vagas estão abertas no DMAE, sem que o governo providencie a realização de concurso público para o seu preenchimento. Com isso, setores importantes para o atendimento da população perdem a capacidade de funcionamento, como a Divisão de Manutenção (DVM), responsável por garantir o funcionamento de casas de bomba que impulsionam a água e que precisam operar durante as 24 horas do dia para garantir o abastecimento em muitas regiões da cidade. O que tem feito a direção para prevenir esta situação? Nada. Na medida em que não há concursos e que os funcionários vão se aposentando, a terceirização vai aumentando.

DMLU

Empresas usam espaços públicos

O uso dos equipamentos públicos por empresas particulares é uma situação cotidiana nos setores com empresas terceirizadas como o DMLU. Além de explorar os operários que contratam, pagando um salário de miséria e sem fornecer equipamentos de proteção, as empresas terceirizadas também se apropriam dos prédios públicos. Não alugam ou constroem espaços adequados para os seus trabalhadores, e ainda geram despesas de luz e água para serem pagas pela Prefeitura.

Situação chega ao absurdo de funcionários de empresas terceirizadas ocuparem função de fiscalização dos servidores

Arquivo/SIMPA



Nem os recursos provenientes do leilão que vendeu os equipamentos do DMLU foram revertidos para a melhoria dos locais de trabalho. O governo prometeu e até agora nada foi feito.

SAÚDE

Repasse de responsabilidades e contratos investigados



http://buracosdabaltazar.blogspot.com/2010_01_01_archive.html

Violência

Há outro caso de corrupção aliada à violência, que envolveu a empresa de segurança Reação, contratada para o serviço de vigilância dos postos. Neste caso, um dos donos da empresa está preso por ter sido acusado de envolvimento na morte do secretário da saúde Eliseu Santos.

Cooperados abandonam o trabalho e postos ficam na maior sujeira

No final de maio, cerca de 130 locais de atendimento em saúde ficaram sem manutenção. A empresa terceirizada não pagou corretamente seus funcionários, que deixaram de trabalhar. Em diversas unidades, para garantir o funcionamento, os servidores públicos executaram as tarefas de limpeza. Em unidades de urgência e emergência, o lixo acumulou nos corredores e diversos procedimentos foram cancelados.

A política da terceirização é visível no Orçamento 2010 da Prefeitura de Porto Alegre, onde a previsão de gastos com a terceirização (R\$ 386.055.412,22) é superior às despesas com pessoal (R\$ 277.537.128,00).

Na Saúde, o processo de terceirização mais evidente e significativo ocorre na atenção básica, que é uma atribuição da Prefeitura e está sendo repassada para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, as chamadas Oscips, ou para Organizações Não Governamentais (ONGs). A política de substituir servidores de carreira por empresas terceirizadas é danosa na Saúde, tanto pelas falhas na prestação do serviço como pelo desvio de recursos públicos, envolvendo somas milionárias, como no caso do Instituto Sollus. Somente nesta contratação, o desvio de mais de R\$ 9 milhões é investigado pela Polícia Federal. O Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Porto Alegre, está atento à execução do Orçamento da Saúde e denuncia os processos de corrupção. Há problemas também na contratação do Instituto de Cardiologia.

Rede não recebe mais investimentos

Grande parte dos recursos da Saúde, que deveriam ser destinados para investimentos, são utilizados na contratação de serviços terceirizados. Um exemplo são os laboratórios de análises clínicas municipais. A Prefeitura prefere ampliar a contratação de particulares.

Um ação importante a ser adotada pela Prefeitura seria a cobrança dos valores que o Estado deve.

**Orçamento 2010
Saúde**

PESSOAL

R\$ 277.537.128,00

TERCEIRIZAÇÃO

R\$ 386.055.412,22

Está tudo misturado

Também na Saúde a utilização das instituições para contratação de profissionais esconde a falta de interesse em manter um quadro qualificado de servidores de carreira. Nos convênios com o Instituto de Cardiologia, o IPA e o Hospital Moinhos de Vento, estas instituições contratam os profissionais e Prefeitura administra.

Em diversos locais, o município está juntando na mesma unidade a atenção básica e o Programa de Saúde da Família (PSF), que é todo terceirizado. É uma “mistura” de profissionais atuando com regimes de trabalho diferentes.

A contratação de empresas coope-

rativas é um desrespeito completo aos direitos trabalhistas. Assim, o Poder Público acaba contribuindo para manter um universo de trabalhadores sem os direitos mínimos garantidos na legislação brasileira. Os trabalhadores cooperativados recebem baixos salários e não têm direito a férias, nem 13º salário. Quando as empresas atrasam o pagamento dos salários, os servidores precisam fazer “vaquinha” para ajudar os cooperativados.

FUNDAÇÕES

O Conselho Municipal de Saúde (CMS) faz um alerta para o processo da

terceirização através das Fundações. A posição contrária a esta política também tem respaldo no Conselho Estadual de Saúde (CES) e no Conselho Nacional de Saúde (CNS).

O CNS é contrário ao Projeto de Lei Complementar 92-A/2007, que tramita no Congresso e que propõe a criação das Fundações Públicas de Direito Privado, por entender que a proposta significa a desconstrução de importantes e fundamentais quesitos legais referentes à gestão do trabalho no SUS e também do sistema. O posicionamento do Conselho é baseado, entre outros, nos seguintes pontos:

	Sistema Único de Saúde	Fundações
Grandes diferenças salariais com desestímulo profissional e comprometimento da qualidade do serviço	Plano de Cargos, Carreira e Salários do SUS proposto pelo CNS - equilibra as carreiras e valoriza todos os trabalhadores que compõem a equipe multiprofissional.	Propondo salários de “acordo com o mercado” - aprofundam as diferenças e o comprometimento da qualidade do serviço prestado
Estabilidade e perspectivas de carreira	Regime Jurídico Único e Carreira do SUS proposta pelo CNS – presente, gerando segurança e motivação ao profissional para o desempenho de suas funções.	Ausente - contratação via Consolidação das Leis do Trabalho gerando instabilidade e falta de comprometimento do profissional.
Gestão técnica sem ingerência política e particularizada	Gestão profissionalizada - garante a valorização dos profissionais e a consolidação do sistema.	Ausente – contribuindo para a ocupação do sistema público por corporações e grupos organizados
Valorização e comprometimento multiprofissional qualificando o serviço prestado	Profissional comprometido com o sistema com repercussões positivas e imediatas na qualidade do serviço desenvolvido.	Ausente – a proposta é apenas de valorização de alguns profissionais “de acordo com os salários de mercado”.
Autonomia administrativa e maior eficiência gerencial	Proposta do CNS de Regulamentação do art. 37, que estabelece a profissionalização da gestão e garante a autonomia e a eficiência gerencial. Não necessariamente – continua o processo de exposição aos interesses de grupos políticos organizados	Não necessariamente – continua o processo de exposição aos interesses de grupos políticos organizados

Fonte:
http://conselho.saude.gov.br/informativo/2009/20/informe_20.htm

DIP

Iluminação pública causa morte em Porto Alegre

Diego Vera - Diário Gaúcho

No dia 13 de abril deste ano, o jovem Valtair Jardim de Oliveira, de 21 anos, sofreu morte por choque elétrico em uma parada de ônibus da Avenida João Pessoa. O lamentável acidente foi ocasionado por falhas na instalação de luminária pública perto do local. O serviço foi executado por um consórcio de duas empresas terceirizadas pela Prefeitura. Mesmo com o resultado dramático e diante dos problemas apontados pelo inquérito policial, o prefeito garantiu que o contrato com as empresas responsáveis pela manutenção e troca das luminárias está mantido.

Na Capital, também uma menina morreu ao ser atingida pela queda de um poste de iluminação pública.

Parte I

A morte por descarga elétrica foi resultado da segunda investida da Prefeitura na terceirização da iluminação pública. A primeira etapa foi barrada pelo Ministério Público, diante da gritante diferença de valores previstos. Uma lâmpada, que na época tinha custo de R\$ 7,00, na licitação custava R\$ 77,00.



Polícia concluiu investigação e indiciou oito pessoas.

Mais recursos, menos servidores

A Divisão de Iluminação Pública (DIP), da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV) recebe diretamente os recursos da Taxa de Iluminação Pública cobradas em Porto Alegre. Os recursos destinados pelo governo federal através do Programa Reluz também reforçam o orçamento. Mas, ao invés de qualificar o Departamento, a prática é de desmonte do setor. A DIP, durante muito tempo reconhecida pelo qualificado quadro de funcionários, chegou a ter uma equipe de 36 eletricitistas e hoje conta com apenas sete profissionais para atuar em toda a cidade, apenas nos casos mais graves.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Alta rotatividade e falta de preparo prejudicam atendimento social

Na Fundação Municipal de Assistência Social e Cidadania (FASC), a terceirização começou com a contratação de empresas terceirizadas para os serviços de cozinha, manutenção e limpeza e hoje avança com o fechamento de uma Casa de Passagem. Contratados com baixos salários, na forma da cooperativados, sem direito à férias, 13º salário, licença maternidade e outros direitos trabalhistas, os trabalhadores que atuam na Fundação, muitas vezes confundem-se com o público usuário da política de assistência social. A falta de qualificação para o serviço e a alta rotatividade também entravam o bom atendimento social.

Indicações políticas

O avanço das terceirizações inaugurou uma nova forma de indicação política dentro do serviço público municipal. Em diversas funções administrativas, há indicação política nas contratações feitas pelas empresas. Na FASC, estes "indicados/terceirizados" assumem até funções de chefia.

Gestão compartilhada

A gestão compartilhada, onde uma entidade contrata profissionais para atuar dentro do espaço público, também é uma forma de terceirização. Em muitos casos, profissionais com a mesma titulação e competência, trabalham com uma realidade salarial bem diferente.

Terceirização também nos abrigos infantis

A contratação terceirizada de monitores para o atendimento nos espaços de abrigo de crianças e adolescentes é outra preocupação. Uma área social tão sensível, não pode ser atendida de forma fragmentada, com a atuação de um servidor estatutário durante o dia e um monitor contratado durante o período da noite.

SUAS

Nem mesmo a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) escapou do processo de terceirização. Grande parte da equipe técnica dos Centros Regionais de Assistência Social (CRAS) é contratada.

SMED

Merenda e limpeza são os setores mais prejudicados

Nas escolas da Rede Municipal de Ensino Público, a terceirização absorveu as funções de cozinha (cozinheiro e auxiliar) e as funções de serviços gerais (limpeza) em quase todas as escolas. Recebendo salários miseráveis e sem direitos como férias e 13º salário, e nem o benefício do vale-transporte, os trabalhadores contratados pela terceirizadas não têm preparo para a função. Há também uma alta rotatividade de pessoal, o que inviabiliza o estabelecimento de rotinas, a orientação e a aquisição de expe-

riência nas atividades, sendo sempre um recomeço para as direções.

Faltas são outro problema

Todos podem imaginar o transtorno que ocasiona no funcionamento da escola a falta do cozinheiro ou cozinheira responsável pela merenda, ou do empregado responsável pela limpeza. Com a terceirização, as faltas são constantes, principalmente porque as empresas atrasam o pagamento e o salário que pagam é miserável. A maioria

faz outros "bicos" para sobreviver, faltando ao trabalho na escola.

Sem formação

A tão necessária formação continuada para todos os trabalhadores da educação não alcança a realidade dos empregados das empresas terceirizadas. As pessoas não recebem nem os uniformes adequados, exigido pelas normas do trabalho (botas, avental, luvas...), quanto mais uma formação inicial para o trabalho em uma escola.

Trabalho "quase" escravo

As situações de miserabilidade e vulnerabilidade em que muitos se encontram também impedem o comprometimento. Ao permitir que as empresas contratadas mantenham uma relação de trabalho quase escravo, a Prefeitura joga mais uma responsabilidade para a escola, a de construir "grupos de ajuda" para que as pessoas exploradas pelas terceirizadas possam manter-se por um período trabalhando.

Direções de escola viram central de contratações

Com as terceirizações, as direções de escola incorporaram uma nova função, a de administrar a admissão das pessoas que irão trabalhar na escola, vinculadas de forma cooperativada, às empresas contratadas pela Prefeitura. Além de indicar os funcionários, as direções precisam informar sobre o contrato de trabalho e salário e receber o termo de adesão.

As direções também precisam

responder as reclamações dos cooperados, quando as empresas atrasam o salário, quando falta equipamento ou quando não recebem o combinado.

A maioria dos contratados iniciam o trabalho sem ao menos conhecer a sede da cooperativa, sabendo muito pouco ou quase nada sob as condições de trabalho e salário, pois quem cobra o uso do uniforme e de proteção individual é a própria escola.

DEP

Empresas tomaram conta do Departamento

Desde 1990, a Prefeitura não realiza concurso para suprir vagas no DEP, como de pedreiro e instaladores.

A política de terceirização dos serviços públicos toma conta do Departamento de Esgotos Pluviais (DEP). Os municipais são colocados de lado e lutam para poder trabalhar. Na Zonal Seção Sul, todos os servidores públicos

chefes de equipe foram remanejados e o serviço está sob a coordenação da própria empresa contratada. Na Zonal da Lima e Silva, cerca de 80% dos serviços realizados pela unidade foram repassados para empresas terceirizadas.

No orçamento de 2010, onde a Prefeitura destina o dobro do gasto com pessoal para contratação de serviços de terceiros.



Terceirização e empreguismo na Procempa

De cada 10 trabalhadores exercendo atividade – talvez seja um excesso afirmar “exercendo atividades” - seis entraram pela “porta dos fundos”, e lá estão apenas por “serem amigos do rei”.

Por Paulo Muzel

A denúncia é do SINDPPD/RS – Sindicato dos Trabalhadores de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul: a PROCempa, empresa de Processamento de Dados da Prefeitura de Porto Alegre está sendo “desmontada” e transformada num cabide de empregos no atual governo municipal. Denunciam que há muitos anos não ocorre o necessário investimento na qualificação e capacitação dos quadros técnicos e na aquisição de equipamentos que possibilitem a necessária evolução tecnológica, obviamente essencial neste setor de atividade.

O SINDPPD/RS argumenta com números: a empresa tem um efetivo de pessoal de 580 pessoas, das quais apenas 256 são do quadro, ingressaram por critério técnico, através de processo seletivo público. Os demais, em número superior a 300 são Cargos em Comissão, os CCs, estagiários ou pes-

soal terceirizado, de empresas contratadas que prestam serviços à PROCempa. Há ou já “circularam” pela empresa algumas figuras conhecidas do cenário político local, como José Carlos Back, presidente do Diretório Metropolitano do PTB, Pipa Germano, ex-prefeito de Cachoeira do Sul, recentemente condenado por crime eleitoral, além de Garipô Selistre, o ex-diretor geral do DMLU, aquele mesmo que foi afastado da autarquia em decorrência de denúncias que culminaram na anulação de uma grande licitação de contratação de serviços de coleta de lixo na cidade. Os incidentes desse episódio depois das fases administrativa e judicial, baixaram à esfera policial, viraram “caso de polícia”.

Por força de um acordo num dissídio, foi concertada a redução do número de estagiários que, em determinado momento, chegou a 178, ou seja, quase um terço do efetivo de pessoal da em presa!

Providência, todavia, inócua. O que comumente ocorre é que o estagiário termina seu período numa sexta, é homenageado com a tradicional festinha de despedida e já na segunda-feira está de volta, contratado por uma empresa de prestação de serviços. Claro, com uma remuneração substancialmente “engordada”. A empresa, assim, chega ao cúmulo de constituir uma maioria da chamada “legião estrangeira”: de cada 10 trabalhadores exercendo atividade – talvez seja um excesso afirmar “exercendo atividades” - seis entraram pela “porta dos fundos”, e lá estão apenas por “serem amigos do rei”.

A empresa opera mal, cobra caro por serviços de má qualidade e desvia foco de sua atividade principal para a área de serviços de organização e montagem de eventos. Promoções e eventos que proliferam num governo como esse. Quem realiza muito pouco - quase nada – precisa alardear muito.

NA PREFEITURA...



Celo